



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 282/2025-ADVOSF
Processo nº 00200.006279/2025-45

Minuta de Edital de Pregão Eletrônico. Menor Preço Global. Objeto: prestação de serviços de locação de veículos para atendimento aos Senadores e Alta Direção da Casa. Análise jurídica. Recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica de minuta de edital constante do documento nº 00100.070173/2025-23, acerca da realização de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, do tipo menor preço global, destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos para atendimento aos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando o atendimento às atividades do Senado Federal.

Além do edital supracitado, instruem os autos, entre outras peças:

- i. Documento de Formalização de Demanda (00100.058716/2025-34);





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

- ii. Solicitação de Contratação (00100.058718/2025-23);
- iii. Planejamento Orçamentário e notícia da aprovação da contratação pelo Comitê de Contratações (00100.058719/2025-78 e 00100.058720/2025-01);
- iv. Pesquisas de Preços e Planilha Estimativa de Despesas (00100.062055/2025-41-1, 00100.062055/2025-41-2, 00100.062055/2025-41-3 e 00100.064382/2025-38);
- v. Análise originária da COPEL (00100.067019/2025-74);
- vi. Mapa de Riscos (00100.068462/2025-62);
- vii. Termo de Referência Definitivo (00100.069553/2025-15);

Por meio do Ofício nº 0177/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.063424/2025-13), a Coordenação de Controle e Validação de Processos observou que a solicitação de dispensa de elaboração do estudo técnico preliminar (ETP) ainda não havia sido deliberado pelo Comitê de Contratações.

Com relação à pesquisa de preços, a COCVAP teceu observações, notadamente quanto às amostras obtidas diretamente de fornecedores e de fontes públicas. Também assinalou que o Contrato atualmente vigente para o objeto almejado (Contrato nº 81/2023) não foi utilizado na composição da cesta de preços, ausente justificativa para sua não utilização.

Bem como, solicitou maior detalhamento quanto ao coeficiente de variação de preços para os itens 1 e 2, posto que restou superior a 25%, em desacordo com o artigo 5º, §2º, do Anexo VI do ADG nº 14/2022.

Em resposta, a Coordenação de Serviços Gerais restituiu os





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

autos com as informações solicitadas, conforme doc. nº 00100.064395/2025-15.

Após os procedimentos acima, a COCVAP ratificou a pesquisa de preços engendrada pelo órgão técnico, conforme doc. nº 00100.064407/2025-01.

Em sua análise preliminar, a Coordenação de Processamento Externo de Licitações (COPEL) teceu algumas recomendações (documento nº 00100.067019/2025-74). Dentre elas, recomendou questionar a ADVOSF se o parâmetro para cálculo do patrimônio líquido a ser comprovado para fins de qualificação econômico-financeira não poderia ser o valor anual da proposta, tendo em vista que o preço total estimado da contratação está alicerçado na vigência quinquenal pretendida.

Recebidos os autos, a Coordenação de Serviços Gerais informou, através do NUP 00100.069544/2025-24, que a dispensa do ETP foi deferida pelo Comitê de Contratações e está expressa no final das fls. 8, 9 e 10 do documento de NUP 00200.006279/2025-45. Também providenciou a submissão de adendo à autorização da contratação, com solicitação de acréscimo do valor anteriormente autorizado.

No que tange à recomendação da COPEL pertinente ao cálculo do patrimônio líquido a ser comprovado para fins de qualificação econômico-financeira dos licitantes, não foi alterada a redação do termo de referência, como houve sugestão de encaminhar o questionamento à ADVOSF.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

O feito, assim instruído, vem ao exame desta Advocacia, para que este órgão jurídico-consultivo realize o exame da regularidade jurídica da licitação proposta, em atendimento ao que determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, bem assim o art. 22 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

II – ANÁLISE

1. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, § 4.º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784, de 1999.

Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

1.1. Quanto ao **diploma legal** que rege a presente análise, consta da minuta referência à Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata. No âmbito do Senado Federal, foi editado o Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, dispondo acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito do Senado Federal, adequando-se a regulamentação interna ao disposto na nova lei de licitações (Lei nº





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

14.133/2021).

Com esse introito, passa-se ao exame do preenchimento dos requisitos necessários à regularidade da minuta de edital da licitação pretendida, na forma do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021.

2. Do Objeto:

2.1. A princípio, destaca-se que o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (artigo 6º, XLI, Lei nº 14.133/2021)¹.

Ao caso em questão, a presente análise irá se debruçar sobre a contratação pelo critério de menor preço. Nessa toada, a Lei nº 14.133/2021 estabelece:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

¹ Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

[grifou-se]

De tal modo, o significado da expressão “bens e serviços comuns” compõe-se de dois elementos: (a) padrão de desempenho e de qualidade do bem ou serviço objetivamente definido pelo edital; e (b) definição por meio de especificações usuais no mercado.

2.2. A licitação em testilha objetiva a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos para atendimento aos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando o atendimento às atividades do Senado Federal.

Quanto à caracterização do objeto como comum e usual, no caso em apreço destaca-se o que a Secretaria de Patrimônio informou no item 2.2.1. do Termo de Referência (doc. nº 00100.069553/2025-15) ao discorrer sobre a modalidade de licitação:

“Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.”





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Nessa ordem de ideias, é relevante reconhecer que a avaliação de quão usuais no mercado são as especificações de determinado bem ou serviço dependem de uma avaliação subjetiva dos agentes administrativos, o que dependerá de suas experiências, vivências e atividades.

Como norte interpretativo para o enquadramento de determinados bens como comuns, sugere a doutrina de Joel de Menezes Niebuhr avaliar o quão usual o bem ou serviço é no mercado².

Nesse sentido, afirma o autor que:

O mercado diz respeito a tudo que é posto à disposição dos consumidores. Porém, não existe um único mercado. Os mercados variam de acordo com o lugar, com a natureza das atividades ou dos bens nele comercializados e em razão de outros fatores. E a questão é que determinado bem ou serviço pode ser usual em dado mercado e não ser noutro. Agrega-se que quem avalia se bem ou serviço é usual ou não no mercado ou em mercado específico são os agentes administrativos, que o farão de conformidade com as suas experiências, suas vivências e suas atividades.

[...]

Nesse espaço de imprecisão deve prevalecer a decisão do agente administrativo, que, não se pode supor o contrário, quer o melhor para o interesse público. Até mesmo em decorrência da presunção de legitimidade dos atos administrativos, é imperativo que, nessas situações que

² NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo* – 5. ed. – Belo Horizonte: Fórum, páginas 567-568.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

admitem grau de subjetividade, a escolha dos agentes administrativos presume-se correta. (destaques acrescidos)

Ademais, é cediço que os serviços que se pretende contratar são ínsitos às atividades regulares desta Casa Legislativa, eis que os bens almejados são utilizados na prática rotineira no âmbito do Senado Federal. Logo, é forçoso se concluir pela caracterização dos bens como comuns e usuais no caso em apreço.

Outrossim, em que pese a justificativa supramencionada constante do Termo de Referência, quanto à adoção da modalidade pregão para a licitação, revelar-se um tanto vaga — sendo, inclusive, prática reiterada desta Advocacia recomendar o aprofundamento dessa análise —, é certo que os Anexos 2 e 3 da minuta de edital (doc. nº 00100.070173/2025-23) apresentam descrição completa das especificações técnicas dos veículos a serem contratados, evidenciando tratar-se de bens comuns, cujos padrões técnicos de qualidade se encontram claramente disciplinados neste quadrante.

Vê-se, portanto, que a escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi adequada, pois o objeto a ser contratado foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c art. 27 do ADG nº 14/2021).

2.3. No caso, verifica-se que não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) no presente caso, conforme item 2.3.1. do TR, visto que se trata de um serviço continuado com possível interesse da administração em prorrogar o contrato decorrente, além de não estar





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

prevista contratação frequente do objeto.

Conforme cediço, o procedimento do sistema de registro de preços é de adoção facultativa para as contratações públicas, conforme preconiza o artigo 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições: (grifou-se)

No mais, o pregão segue o rito do procedimento comum previsto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021. Por ora, destaca-se o § 2º do art. 17, que estabelece a adoção preferencial da licitação sob a forma eletrônica.

3. Documentos necessários ao processo da contratação:

3.1. De acordo com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 16, § 1º, do ADG nº 14/2022, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) documento para formalização da demanda;
- b) estudo técnico preliminar;
- c) mapa(s) de risco;





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

d) termo de referência.

Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados aos autos, conforme nºs 00100.058716/2025-34, 00100.068462/2025-62e 00100.069553/2025-15, com exceção do Estudo Técnico Preliminar.

Embora sejam documentos de natureza essencialmente técnica, cabíveis algumas observações a título de orientação jurídica. Isso porque, conforme leciona a doutrina, a Lei nº 14.133/2021, conforme o seu artigo 53, não exige apenas a apreciação do edital e dos documentos que lhe são anexos. Passa-se a exigir, expressamente, a avaliação de todo o processo licitatório, logo a revisão jurídica de todos os atos praticados na etapa preparatória³.

3.2. O artigo 9º, §2º, do ADG nº 14/2022 apenas exige em seu inciso VII que a solicitação de contratação esteja acompanhada da versão preliminar do Mapa de Riscos. No processo ora analisado foi elaborada sua versão definitiva, conforme documento nº 00100.068462/2025-62.

Quanto aos **aspectos formais exigidos para a regularidade do procedimento**, observa-se não ter havido, ainda, a **aprovação do Termo de Referência** (doc. nº 00100.069553/2025-15), incumbindo tal deliberação à DGER, em atendimento ao disposto no artigo 24 do ADG nº 14/2022 e no artigo 9º, inciso IV, Anexo V do RASF:

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo* – 5. ed. – Belo Horizonte: Fórum, página 495.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Art. 24. Os autos deverão ser encaminhados à Diretoria-Geral para aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico previamente à seleção do fornecedor.

Art. 9º No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral:

(...)

IV – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal;

Bem como, pendente a autorização do procedimento licitatório, que, em razão do valor estimado da contratação, compete à Primeira-Secretária, conforme exige o supracitado artigo 7º, inciso I, alínea b), Anexo V do RASF.

3.3. No que diz respeito ao Estudo Técnico Preliminar, o OT informou que foi aprovada a dispensa de sua elaboração pelo Comitê de Contratações, conforme consta no planejamento orçamentário da contratação (doc. nº 00100.058719/2025-78).

Contudo, **recomenda-se inclusão no TR da justificativa apresentada, com a devida juntada aos autos da ata na qual o tema for decidido.**

Sem prejuízo, sobre a dissonância entre a Lei de Licitações e a previsão contida no normativo interno senatorial no que tange às hipóteses de dispensa de elaboração do ETP, esta Advocacia já alertou a Administração em oportunidade anterior, por meio do Parecer nº 440/2023-ADVOSF, (processo nº 00200.008380/2023-79) ao qual se





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

remete a leitura.

Consoante alertado por meio do Ofício nº 257/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.067203/2025-14), o Comitê de Contratações autorizou o valor de R\$16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) para a contratação em tela, entretanto o valor estimado para a contratação é R\$81.621.450,00 (oitenta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta reais), superando em mais de 25% o limite estabelecido pelo colegiado.

Dessa forma, **reitera-se a recomendação tecida pela COCVAP, para solicitação de adendo à autorização da contratação ora objetivada ao Comitê de Contratações**, tendo em vista que o valor estimado da avença supera em mais de 25% o valor autorizado, vide teor da Planilha no NUP 00100.064382/2025-38.

3.4. Com relação ao conteúdo do Termo de Referência, verifica-se a justificativa da necessidade da contratação constante do item 1.2. do TR, em atendimento ao estabelecido no artigo 18, I, da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;”





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

Nota-se ainda que, embora indicado o setor responsável pela gestão do futuro ajuste no item 5. do TR, carece a **designação formal dos gestores** pela Diretora-Geral do Senado Federal, nos moldes do artigo 9º, IX, do Anexo V do RASF.

Trata-se de questão técnica e meritória a ser submetida ao exame e deliberação da autoridade competente para aprovação do TR e para a autorização de realização da licitação.

Concernente ao regime de execução, a presente contratação adotará o caderno de especificações técnicas constante do Anexo I ao Termo de Referência. Logo, verifica-se que o TR descreve de maneira exaustiva o modo de cumprimento das contratações objetivadas.

Ainda, o TR atende à determinação contida na alínea “i” do inciso XXIII do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, que exige que o termo de referência também aponte as estimativas do valor da contratação,





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que constam de documento separado e classificado (Anexo II ao TR).

4. Da pesquisa de preços e da estimativa de despesa:

4.1. Em relação à **pesquisa de preços**, consolidada na Planilha Estimativa de Despesas (documentos nºs 00100.062055/2025-41-1, 00100.062055/2025-41-2, 00100.062055/2025-41-3 e 00100.064382/2025-38), o órgão técnico apresentou justificativas para diversos pontos a ela relacionados (doc. nº 00100.064395/2025-15).

O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 prescreve as regras sobre como alcançar o orçamento estimado, ou seja, como realizar pesquisa de preços cujo resultado é o orçamento estimado pela Administração Pública.

Quanto à não utilização de amostra de fonte pública para o item 1, o OT manifestou que:

Quanto ao item 1, as condições do objeto inviabilizaram encontrar contratação pública semelhante. Elementos como franquias, créditos de quilometragem e exigência de veículo reserva, condições já contidas no contrato vigente e mantidas para a nova contratação, tornaram impossível atender à exigência do normativo interno. Em que pese isso, realizou-se análise criteriosa das cotações apresentadas. Pode-se afirmar que a discrepância existente entre os valores apresentados na planilha não comprometeu o resultado, haja vista o critério adotado por este órgão técnico no estabelecimento do valor de referência para o procedimento.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Referente ao Coeficiente de Variação (CV) superior à 25% o órgão técnico informou que:

Adotou-se a mediana como parâmetro de referência. Em relação ao item 1, observou-se que a menor cotação obtida apresentou valor muito próximo ao da mediana — uma variação de apenas 13,33% entre ambos. Por esse motivo, entende-se que o coeficiente de variação não compromete a interpretação dos dados. No que se refere ao item 2, a divergência entre as cotações já era esperada, considerando-se as especificidades do veículo adaptado, que restringem o universo de possibilidades e, consequentemente, elevam o custo da disponibilidade. Ainda assim, a variação expressa pelo coeficiente constante na planilha foi pouco significativa, sobretudo diante da proximidade entre a mediana e o menor valor cotado, desconsiderando-se, nesse caso, o valor do CT vigente. Dessa forma, conclui-se que os coeficientes de variação apresentados não representam impedimento para a definição dos valores máximos apurados para os itens 1 e 2.

Já com relação ao não uso da avença atual para o item 1 na composição da cesta aceitável de preços, o órgão técnico apresentou justificativa no seguinte sentido:

quanto ao item 1, informamos que os valores praticados no contrato vigente não foram inseridos tendo em vista a diferença entre os objetos. O CT n.º. 0081/2023 do Senado Federal tem como objeto a locação de veículo sedan e a nova contratação tem por objetivo a locação de veículo do tipo SUV. Entretanto, quanto ao item 2 “Veículo Adaptado Acessibilidade”, inserimos o valor do contrato vigente (Primeiro Termo Aditivo, NUP200.010092/2023-84, conforme sugerido.

As justificativas apresentadas acima foram referendadas





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

pelo titular da Secretaria do órgão no NUP 00100.064395/2025-15, conforme determina o parágrafo único do art. 7º do Capítulo II - Anexo VI do ADG n. 14/2022.

Nesse quadrante, a COCVAP considerou comprovada a regularidade de preços ofertados ao Senado Federal, conforme documento nº 00100.064407/2025-01.

Caberá à autoridade competente apreciar as justificativas apresentadas pelo órgão técnico na oportunidade da deliberação acerca do Termo de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 9º do Anexo VI ao ADG nº 14/2022.

5. Análise do instrumento convocatório:

5.1. Em relação ao **instrumento convocatório** (doc. nº 00100.070173/2025-23), verifica-se que são necessários alguns reparos. Bem como, cumpre responder às **notas direcionadas a esta Advocacia**.

Nessa senda, o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, aplicável ao pregão, determina o que deve constar obrigatoriamente nos editais de licitação, tais como: o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

5.2. Primeiramente, no tocante ao critério de adjudicação proposto, adotou-se o menor preço global, consoante o item 8.1. da





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

minuta editalícia.

O critério do menor preço é o que se amolda à modalidade licitação denominada pregão, e o que melhor se adequa ao modelo da contratação pretendida, assim como é o que gera possibilidade de maior vantajosidade para a Administração.

Cabe pontuar que, em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dito isso, verifica-se que o critério de adjudicação do menor preço por item observa as pertinentes disposições da Lei nº 14.133/2021 acerca do parcelamento ou não do objeto:

“Lei nº 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

.....





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

.....

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Portanto, a regra geral, tanto para compras, como para serviços em geral, é o parcelamento e que a adjudicação do objeto seja por item.

Para delimitar as situações em que se considera legítimo ou não o parcelamento ou a concentração do objeto é preciso avaliar com profundidade os precedentes dos órgãos de controle.

Tome-se, como exemplo inicial, o Acórdão nº 2.407/2006, do Plenário do Tribunal de Contas da União:

59. Como é sabido, a regra do fracionamento da contratação deve ser aplicada nas hipóteses em que isso for possível e representar vantagem para a Administração. Essa medida visa a ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que a redução do porte das aquisições ampliaria o universo de possíveis interessados na disputa.

60. Essa regra, contudo, poderá ser mitigada em face de limites de ordem técnica, ou seja, o fracionamento em lotes deverá respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado.

61. Além disso, o fracionamento da contratação poderá também esbarrar em impedimentos de ordem econômica, os quais se relacionam com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Logo, nas situações em que pode ocorrer o aumento dos custos para o Poder Público, não caberá falar em fracionamento, uma vez que a sua finalidade é a redução das despesas administrativas. (TCU, Plenário. Acórdão





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

nº 2407. Rel. Min. Benjamin Zymler, j. 6.12.2006)

Diversamente, no Acórdão nº 5.301/2013, da Segunda Câmara, o Tribunal de Contas da União aceitou a justificativa de agrupamento em lotes. Confira-se:

13. Observa-se que, ao todo, esses 16 lotes contemplam 107 itens, o que me leva, materialmente, a acompanhar a seguinte conclusão da unidade técnica: “A licitação por itens poderia exigir a realização de igual número de contratações, o que, como já ressaltado, constituiria um ônus muito pesado aos servidores encarregados do acompanhamento desses instrumentos, o que possivelmente oneraria a Administração”.

14. Bem se vê, que o elevado número de procedimentos para seleção por itens isolados, tal como ocorreria no presente caso concreto, tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. (TCU, Segunda Câmara. Acórdão nº 5.301/2013. Rel. Min. André Luis de Carvalho, j. 3.9.2013.)

Ademais, em caso de contratações de serviços, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 10.049/2018, da Segunda Câmara, considerou que “o parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização”.

Enfim, são muitos os casos debatidos nos tribunais de contas e órgãos de controle sobre a consolidação ou parcelamento do objeto e, nesse espectro, sobre adjudicação por itens, lotes ou preço





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

global.

No entanto, em que pesem os precedentes do Tribunal de Contas da União, não se pode perder de vista que na Lei nº 14.133/2021 o princípio é o do parcelamento e a concentração é a exceção, que deve ser justificada.

Nesse sentido, o §1º do artigo 47 da Lei de Licitações determina que o princípio do parcelamento deverá ser aplicado com as seguintes ponderações:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Sob o ponto de vista estritamente jurídico que cabe a esta Advocacia, o órgão técnico apresentou justificativa para a inconveniência do parcelamento dos itens a serem licitados, conforme item 2.5.1. do TR.

Sem embargo, caberá à autoridade competente deliberar acerca da suficiência das razões apresentadas para a adoção do critério de adjudicação no caso ora tratado.

5.3. Já no que pertine às exigências habilitatórias, a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica dos licitantes (item 11.3.1. do edital, doc. nº 00100.070173/2025-23, p. 9) encontra justificativa detalhada no item 3.1.2.1.1. do Termo de Referência.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Por outro lado, a experiência exigida no edital está dentro dos limites dispostos nos parágrafos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, **concernente aos requisitos de qualificação econômico-financeira, há questionamento no item 11.3.2.1. direcionado à ADVOSF** quanto ao parâmetro de cálculo do patrimônio líquido a ser comprovado, se poderia ser o valor anual da proposta ou o valor total estimado da contratação, que se encontra projetado para vigência de 60 (sessenta) meses.

É permitido exigir capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado do contrato, como decorre do §4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021.

Nessa linha, o permissivo legal e a jurisprudência não vedam que o patrimônio líquido exigido dos licitantes alcance o valor total estimado da contratação, mesmo para contratações plurianuais. Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MODALIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO. OBJETO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FOMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ATIVIDADES CORRELATAS. PROCEDIMENTO DEFLAGRADO PELO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU. EDITAL. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA DA LICITANTE. COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATAÇÃO. CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM A LEI Nº 8.666/93. REQUISITO INSERTO NO EDITAL. PRESERVAÇÃO DA CAPACIDADE DA LICITANTE E DO INTERESSE PÚBLICO. SATISFAÇÃO. AUSÊNCIA. INABILITAÇÃO. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. SOCIEDADE EMPRESÁRIA LICITANTE EM





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA IDONEIDADE FINANCEIRA ATUAL. DECISÃO ADVINDA DO JUIZ DA RECUPERAÇÃO. DISPENSA DE COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE. PROVIMENTO INEXISTENTE. DECISÃO RESTRITA A ATESTAR QUE A RECUPERANDA, CUMPRINDO AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS, ESTAVA HABILITADA A CONCORRER. ILEGALIDADE INEXISTENTE. ELIMINAÇÃO LEGÍTIMA E LEGAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEGUNDO O ESTADO DO PROCESSO. MATÉRIA CONTROVERTIDA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. PROVA DOCUMENTAL PRÉ-CONSTITUÍDA. EXIBIÇÃO. TRANSFORMAÇÃO DE AÇÃO ANULATÓRIA EM DECLARATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO. IMPERATIVIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. APELO DESPROVIDO. SENTENÇA E APELO FORMULADOS SOB A ÉGIDE DA NOVA CODIFICAÇÃO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. INCIDÊNCIA (NCPC, ARTS. 85, §§ 2º E 11).

1. Adstrito o objeto da ação que promove licitante eliminada de certame licitatório no qual concorrera sob o prisma de que não supriria o exigido para se habilitar financeiramente a realizar o objeto licitado a desconstituir o ato que a inabilitara, inviável que pretenda transmutar a pretensão anulatória em declaratória de molde a obter provimento que declare que estava em condições de concorrer e ter examinada a proposta que formulara, donde, almejando o reconhecimento de que sua eliminação fora ilegal por suprir o exigido pelo edital do certame seletivo, deveria colacionar tão somente e exclusivamente os documentos que exibira e submetera ao crivo da autoridade administrativa na forma estabelecida pelo edital, não se afigurando viável que, desejando perscrutar o ato administrativo, inove o que produzira demandando dilação probatória com esse objeto, pois implicaria a concessão de oportunidade, à margem da regulação editalícia, destinada a realizar o que não consumara no momento e na fase apropriada, o que não se conforma com os princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade administrativa que pautam a licitação (CF, art. 37, XXI; Lei nº 8.666/93, art. 3º). [...]

4. Consubstancia verdadeiro truísmo que a licitação destina-se a viabilizar a contratação, pela administração, de obra, serviço, aquisição, locação ou alienação de bens mediante o preço mais vantajoso, compreendendo a aferição da vantagem pecuniária a apuração da qualificação técnica da concorrente e sua aptidão para a prestação ou fornecimento como forma de ser resguardado o implemento do objeto licitado, resguardados o caráter





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

competitivo e seletivo, a impessoalidade, legalidade e moralidade do procedimento, tornando viável que, pautado por critérios técnicos e por motivos de oportunidade e conveniência, o ente licitante fixe pressupostos para a habilitação do interessado desde que coadunados com o objeto licitado, destinados a assegurar sua realização e não frustrem a competição de molde a ser realizado o escopo da seleção, que é assegurar a contratação da melhor proposta e que seja consumado o licitado na forma esperada (CF, art. 37, XXI; Lei nº 8.666/93, art. 3º).

5. O edital que, destinando-se a regular o procedimento seletivo destinado à contratação de empresa capacitada a fomentar serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbano, coleta seletiva, coleta manual de entulhos, coleta mecanizada de entulhos, varrição manual de vias e logradouros públicos, limpeza e lavagem de vias, equipamentos e bens públicos e serviços complementares em diversos pontos do Distrito Federal, estabelece como exigência endereçada às licitantes que comprovem sua capacidade econômica e financeira evidenciando ostentar patrimônio líquido mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforma-se com o legalmente estabelecido, porquanto ampara-se nos princípios da legalidade e da finalidade, e, não inibindo a competição, resguarda a segurança jurídica da contratação e o interesse público por estar destinada a resguardar o ente licitante quanto à execução do objeto licitado.

6. A licitação, destinando-se a resguardar o interesse público e velar pelos princípios da moralidade e impessoalidade administrativas, visa possibilitar ao ente licitante a seleção, dentre as diversas empresas habilitadas e fornidas de condições para fomentar os bens ou serviços dos quais necessita para o implemento das ações administrativas, daquela que formulara a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de preço, técnica, qualidade, segurança e confiabilidade previamente estabelecidos, o que legitima que, como pressuposto para a habilitação da concorrente, comprove que ostenta liquidez corrente, solvência geral e patrimônio líquido superior à 10% (dez por cento) do valor do contrato, como forma de ser apreendido que será apta a ultimar o contrato se eventualmente se sagrar vencedora, preservando-se, assim, o interesse público (Lei das Licitações, art 30; CF, art. 37, XXI).

7. Quando a Constituição Federal prescrevera que os contratos firmados pela administração pública devem se revestir de segurança jurídica, com maior razão porque neles se manifesta claro o interesse público, torna legítima a exigência de





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

comprovação da qualificação econômica dos proponentes nos certames licitatórios, ostentando esse postulado axiológico fundamental força normativa suficiente para vincular o legislador ordinário, bem como o aplicador e o intérprete da lei, os quais devem zelar pela aferição da aptidão e idoneidade do proponente quanto ao conteúdo da proposta sem que essa cautela encerre violação à isonomia que rege o procedimento licitatório. [...]

(Acórdão 1252939, 0700507-30.2019.8.07.0018, Relator(a): TEÓFILO CAETANO, 1ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 27/05/2020, publicado no DJe: 10/06/2020.)

Em trecho do voto condutor do acórdão supracitado resta evidenciado que o caso ali examinado também versou sobre licitação para contratação com vigência plurianual, cujo valor total estimado era elevado, na monta de R\$ 67.726.776,43 (sessenta e sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos). Consoante reconhecido pelo magistrado relator, referida exigência editalícia foi estabelecida pontualmente e segundo a oportunidade da administração, sem visar frustrar a competitividade esperada:

*Consoante pontuado, **a apelante se habilitara e concorrera visando a adjudicação do lote 3 do objeto licitado, para o qual era exigida, como condição para habilitação técnica financeira, a comprovação de patrimônio líquido, pela licitante, equivalente a 10% do valor da contratação do lote almejado, pautado sobre o prazo de vigência de 60 meses, equivalente, portanto, a R\$ 67.726.776,43, consoante a disposição editalícia transcrita (item 11, subitem III).** A comprovação, por ora, deveria atender ao exigido no momento da fase de habilitação, e a apelante não realizara a comprovação, inclusive porque está em recuperação judicial, não dispondo de patrimônio líquido daquela monta. A legalidade da exigência, frise-se, não fora questionada pela apelante, pois sustentara, em suma, que realizara a condição estabelecida, o que não carece de sustentação.*

A par de não exibidos os documentos exibidos de forma a realizar





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

a condição pautada, o que, aliás, emerge incontroverso, pois visa a apelante, em verdade, que lhe fosse assegurada dilação probatória visando evidenciar o que sustenta, o que é incabível, pois, consoante já pontuado, implicaria inovação e a concessão de oportunidade, no ambiente judicial, para a licitante realizar ou comprovar que realizara o exigido fora do ambiente apropriado e de modo inteiramente destemperado, o que aduzira ressentir-se lastro legal e razoabilidade, tangenciando até mesmo a boa-fé. Com efeito, chegara a ventilar que ostentaria decisão judicial preclusa advinda do juízo no qual transita sua recuperação judicial, que a teria dispensado de apresentar, em processo licitatório, os documentos exigidos pelos artigos 29 e 31 da Lei nº 8.666/1993, como forma, inclusive, de aplicação do princípio da conservação da empresa.

*Obviamente que provimento daquela natureza é impassível de ser realizado, pois **as exigências editalícias são estabelecidas pontualmente e segundo a conveniência e oportunidade da administração, desde que não visem frustrar a competitividade esperada**, não podendo a licitante, ainda que em recuperação, sobrepor-se a essa realidade legal via de provimento declaratório. O que sobeja, ademais, é que, em face dessa irreversível apreensão, não apresentara qualquer documentação que ateste sua atual capacidade econômica, olvidando-se que a decisão judicial à qual se refere fora prolatada em idos de 2013, ou seja, há mais de 5 (cinco) anos, não refletindo, evidentemente, sua situação financeira atual, e tivera, por óbvio, alcance limitado a certame então realizado. Consoante anotado, mas frise-se, o provimento que invocara não tem, nem poderia, a abrangência que defende à margem da decisão que exibira, até porque não está o juízo da recuperação municiado de lastro para editar provimento atestando sua capacidade ou isentando-a de comprová-lo na forma do exigido por editais de licitação em conformação com lei especial vigente. (grifou-se)*

Por evidente, embora dentro das balizas legais, a exigência contida no item 11.3.2.1. da minuta de edital deverá guardar pertinência com o vulto da contratação almejada. **Vale frisar que o patamar de 10% de patrimônio líquido é o percentual máximo exigível dos licitantes.**

Na situação ora focalizada, exigir que os licitantes





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

apresentem patrimônio líquido de 10% do valor da proposta, que, por sua vez, corresponde ao total estimado da contratação (R\$ 81.621.450,00), poderá acarretar baixa competitividade ou até mesmo frustrar o sucesso do certame. Caberá à autoridade competente a avaliação da manutenção do requisito habilitatório.

Pois como estatui o comando constitucional contido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, somente é permitido exigir condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ademais, o §5º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 prescreve que *“é vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”*.

Para evitar os excessos e a manipulação dos coeficientes e índices econômicos, o caput do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 determina que eles sejam justificados no processo licitatório.

A propósito, o Tribunal de Contas da União produziu a Súmula nº 289, cujos termos se harmonizam com as prescrições da Lei nº 14.133/2021:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Ora, o que importa é se o licitante dispõe dos recursos





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

necessários para dar cumprimento ao contrato. De toda sorte, convém assinalar o entendimento do TCU, no sentido de que a avaliação da capacidade econômico-financeira dos licitantes não pode ser realizada apenas com base em índices abstratos, porque a utilidade deles é restrita.

Esse ponto foi analisado de forma pormenorizada pela Corte de Contas Federal por ocasião do Acórdão no 1.214/2013, Plenário:

88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado, adequadamente, a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresas em situação financeira inadequada sejam contratadas.

89. Com o propósito de salvaguardar a administração de futuras complicações, entendeu-se que há de se complementar as avaliações econômico-financeiras dos licitantes por meio de critérios ou índices que expressem valores como percentuais de outro valor, dentro do limite legalmente autorizado. Por exemplo, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a nova contratação (ativo total - passivo)/10 > valor estimado da contratação), ou pelo método da subtração, como no caso do cálculo do capital de giro ou capital circulante líquido (ativo circulante - passivo circulante).

90. A título de exemplificação, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante e R\$1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$1.000.000.000,00 (um bilhão) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.

91. Observa-se que, embora tenham o mesmo índice, são empresas com capacidades econômico-financeiras totalmente distintas. Todavia, se não fosse conhecido o ativo e o passivo circulante em termos de valor monetário, seriam elas, equivocadamente, consideradas como equivalentes do ponto de vista econômico-financeiro. Daí a utilidade do capital circulante líquido - CCL.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Nessa linha, percuente a lição de Niebuhr (2022, p. 800):

A deficiência dos índices é que eles abstraem o valor, a efetiva disposição de recursos financeiros para a execução dos contratados por parte dos licitantes. Como bem observado pelo Tribunal de Contas da União, os índices, calculados em quocientes, equiparam uma empresa com R\$1,50 no ativo circulante, com uma empresa de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) no ativo circulante. Não é por isso que os índices não são úteis. Ao contrário, são úteis, mas é preciso saber que tipo de informação eles revelam. Por exemplo, uma empresa de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) no ativo circulante pode não ter condições econômico-financeiras para executar certos contratos, a depender do seu passivo, que pode ser muito superior ao ativo circulante. Esse tipo de informação é extraído dos índices. Porém, eles sozinhos não são suficientes para a adequada avaliação da capacidade econômico-financeira de uma empresa.

*Dessa forma, **para complementar as informações oferecidas pelos índices contábeis, o Acórdão no 1.214/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União, propôs que a Administração Pública exigisse, para além dos tradicionais índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a um, a comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, de modo a garantir que o futuro contratado tenha capacidade de liquidez para fazer frente a, pelo menos, dois meses de execução do contrato.** A exigência parece razoável e proporcional, pelo que é permitido reproduzi-la noutros editais, inclusive, que tenham outros objetos, desde que, com as devidas justificativas, na forma do caput do artigo 69 da Lei no 14.133/2021. (destaques acrescidos)*

Ainda sobre o item 11.3.2.1. da minuta editalícia, consoante leciona a doutrina, “A exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo em percentual de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como estipulado no §4º do artigo 69 da Lei no 14.133/2021





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

constitui ótimo instrumento para complementar as informações obtidas com os índices contábeis. Como já assinalado, os índices contábeis não remetem a valores, apenas a quocientes, e, por isso, a informação oferecida por eles é parcial. Afora os índices, é preciso saber dos valores que os licitantes dispõem para fazer frente às obrigações contratuais. Daí, o capital social ou patrimônio líquido mínimo tornam-se úteis.”⁴

Nessa linha, prossegue o autor para advertir que:

Advirta-se que, sob essa perspectiva, não faz sentido exigir, de maneira alternativa, de um lado, o capital social ou patrimônio líquido mínimo e, de outro lado, os índices contábeis. Também não faz sentido que o capital social ou o patrimônio líquido mínimo somente seja exigido quando os índices contábeis não forem suficientes. Repita-se que as informações trazidas pelo capital social ou pelo patrimônio líquido mínimo e pelos índices contábeis são diferentes e complementares. A exigência deve ser cumulativa e não alternativa.

Portanto, à primeira vista, **não é recomendável adotar de modo alternativo as exigências estabelecidas nas alíneas a) e b) do item 11.3.2.1. da minuta editalícia, de acordo com a jurisprudência e a doutrina acima detalhados. O elevado valor estimado da contratação pode justificar a cumulatividade dos requisitos, sendo essa uma possibilidade a ser avaliada em cada caso.**

⁴ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 5. ed. 2022. Belo Horizonte: Fórum, página 801.





SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos de Contratações

Ressalta-se aqui, mais uma vez, que exigir um patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, no presente caso, poderá acarretar reduzida competitividade para o certame.

Embora uma interpretação literal do §4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 possa conduzir à possibilidade da exigência de percentual de patrimônio líquido do valor total estimado da contratação, cabe considerar um antecedente lógico de ordem contábil que limita a exegese possível da norma retrocitada.

O patrimônio líquido consiste em medida de fluxo, pois o patrimônio líquido de determinado ano não representa o somatório dos patrimônios líquidos dos anos anteriores.

De fato, o patrimônio líquido é um valor que flutua a cada dia a depender das operações da empresa. Entretanto, por ser economicamente inviável sua apuração diária, faz-se a apuração anual.

E aqui se apresenta o problema: se o patrimônio líquido é anual, como compará-lo com o valor de um contrato de 5 (cinco) anos? Trata-se de comparar grandezas diferentes, seria como comparar dias com semanas. Tal tipo de análise foge à lógica. Por isso, a solução que se apresenta como razoável, no entendimento desta Advocacia, é de trabalhar com uma mesma base.

Assim, como o patrimônio líquido é um fluxo e não é possível somá-lo para que ele reflita um período de cinco anos, resta então reduzi-lo ao valor anualizado do contrato. Só desta forma, examinando-se a mesma base, a análise fará sentido. Opina-se, desse modo, que

